

Covas em posição delicada

Parlamentares do PMDB de várias tendências acham que o senador Mário Covas, como líder do partido na Constituinte, pode ter entrado numa fria, ao subscrever documento que propõe o rompimento com o governo Sarney e a formação de uma dissidência na legenda. Até agora somente 70 a 80 parlamentares assinaram o documento. Sendo que alguns deles, como os do Rio Grande do Sul, advertem que não estão dispostos a abandonar a sigla a que pertencem. Faz-se a advertência de que tornado público o documento, o senador Covas fica numa posição política desconfortável e poderia se ver na contingência de renunciar à liderança do PMDB na Constituinte, porque não representaria mais a maioria da bancada do seu partido, mas sim sua facção minoritária. Há quem alegue, no entanto, que o senador Mário Covas assinou constrangido o documento. Tanto assim que seu nome só aparece na segunda lauda de assinaturas que acompanha o manifesto. Pela importância de que se reveste a sua liderança, o natural teria sido que fosse o primeiro a subscrever o documento.

Outro dado negativo: o governador Waldir Pires, da Bahia, estava disposto a se solidarizar com a iniciativa, mas queria fazê-lo acompanhado de outros governadores de peso. Tentou mobilizar e obter a companhia dos governadores Miguel Arraes, Moreira Franco e Pedro Simon. Todos eles, usando pretextos os mais diversos, retiraram o corpo da jogada. Arraes ainda ficou de voltar ao assunto, mas nunca mais procurou Waldir para tratar da matéria.

Verdade é que políticos baianos de esquerda foram os que mais estimularam a iniciativa em questão. Mas para estranheza geral, entre os 21 parlamentares do PMDB baiano fiéis a Waldir Pires, onze se recusaram até agora a assinar o documento. Um deles foi o deputado Francisco Pinto. Ele considera ruim o documento tanto na

sua forma literária, como no seu conteúdo político. No seu entender, se é para romper com o governo Sarney, havia outras motivações mais sérias do que aquelas relacionadas no documento. Como vários outros parlamentares do PMDB baiano, não vê sentido na exigência feita no final do manifesto de que, se os cinco anos de mandato para Sarney forem aprovados pela Constituinte, eles deixarão as fileiras do partido. A decisão ontem tomada era no sentido de banir essa exigência. Pondera-se no próprio PMDB baiano que uma retirada em massa do partido não teria o menor sentido, principalmente levando-se em conta que o País se encontra às vésperas da realização de suas eleições municipais. Retirar-se do PMDB para formar uma nova legenda, num ano eleitoral, seria um gesto de insensatez política, pois implicaria em demobilizar as bases partidárias para organizar uma nova legenda. Isso num Estado em que o PMDB é também Governo.

Político vivido do PMDB atribui colocações errôneas feitas no documento ao fato de que ele foi esboçado sob o cheiro da pólvora, em consequência da batalha perdida pelos parlamentaristas e pelos que advogavam quatro anos de mandato para Sarney. Pondera-se que um ato de tamanha responsabilidade não pode ser assumido de forma precipitada, sem que se examine todas suas implicações e consequências. Era preciso, antes de tudo, saber o que Sarney ia fazer com a vitória que havia conquistado na Constituinte. "A vitória era como que uma brasa na mão do Presidente", sintetiza um calejado político.

Insatisfação de Archer

O presidente Sarney acaba de determinar que todas as funções de responsabilidade no INPS da Bahia, que o governador Waldir Pires e o PMDB local ainda detinham em suas mãos, sejam imediatamente anuladas, num ges-

to de retaliação política. Segundo se adiantava ontem à tarde, idêntica providência teria sido tomada também em relação a Pernambuco. Sarney e seus aliados alegam que estão assim procedendo porque o Governo Federal não tem contado na Constituinte com a solidariedade política do PMDB da Bahia e de Pernambuco, exceção feita a uns poucos parlamentares.

Quando o ministro Renato Archer, da Previdência Social, recebeu a determinação do presidente Sarney, de promover demissões em massa na Bahia, ele mais uma vez pensou em renunciar às suas funções, dada a velha amizade e o apreço que o une ao governador Waldir Pires. Mas o governador baiano tomou a iniciativa de pedir a Archer que permanecesse no governo, pois se saísse seu cargo, seria ocupado pelos seus mais ferrenhos adversários políticos. Era assim importante, do ponto de vista político, que preservasse aquele posto em mãos do PMDB.

Preservar a transição

Vários parlamentares de esquerda, inclusive a alta direção nacional do PDT, estão preocupados em não criar nenhum fator capaz de desestabilizar o governo Sarney, diante do temor de que isso possa ter um desfecho traumático para o próprio processo de transição política. Todos esses grupos de esquerda acham que se deve continuar a fazer oposição ao governo Sarney, mas calibrando até certo ponto do fogo de artilharia. Lembram dirigentes do PDT que, tendo eles o candidato mais viável à presidência da República, na pessoa de Brizola, não têm porque desestabilizar o processo de transição, que a eles favorece. Ontem, o deputado Ulysses Guimarães almoçou com o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos. Ulysses se revela também apreensivo com o quadro político em evolução. Deseja ter em Jarbas um aliado para que ele faça chegar às esquerdas do PMDB suas inquietações políticas do momento.